

TRÊS IDEIAS E UMA APOSTA SOBRE A TEORIA LITERÁRIA NO BRASIL¹

THREE IDEAS AND A WAGER REGARDING
LITERARY THEORY IN BRAZIL

Fabio Akcelrud Durão

Unicamp

fabioadurao@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-0098-6362>

ABSTRACT

This paper offers an overview of literary theory as a discipline in Brazil following three interconnected threads: the constitution of theoretical discourse as increasingly delinked from literature, the institutionalization process according to national specificities and the social impact of theory-derived ideas. The text closes with a wager concerning the incorporation of literary theory in Brazilian culture.

Keywords: Literary Theory, Brazil, university, society

RESUMO

O presente texto busca oferecer um balanço da teoria literária no Brasil a partir de três eixos fundamentais: a constituição de um discurso teórico cada vez mais descolado da literatura, o processo de institucionalização segundo especificidades nacionais, e o impacto social de ideias derivadas do campo da teoria. O artigo encerra-se com uma aposta a respeito da aclimação da teoria literária na cultura brasileira.

Palavras-chave: Teoria literária, Brasil, universidade, sociedade

¹ Agradeço a André Cechinel e a Nicholas Brown pelas suas cuidadosas leituras e sugestões.

I

Falar sobre a teoria literária no Brasil, do alto e em retrospecto, traz consigo problemas fáceis de imaginar. O artigo definido por si só já realiza um gesto totalizante, forçando a união de coisas muito díspares, amalgamando conceitos, sistemas, autores, movimentos e tradições intelectuais diversos em um conjunto necessariamente homogêneo. Perde-se com isso a tensão interna, os conflitos e as rivalidades entre pensadores que relutariam bastante em compartilhar o mesmo espaço uns com os outros, mas acima de tudo desaparece a força da nuance e do detalhe, sem a qual a interpretação corre o risco de patinar na mesmice de sempre da paráfrase e do conteúdo. De outro ângulo, no entanto, a violência da junção e a imagem do todo têm algo a oferecer, em primeiro lugar pelo próprio caráter inusual desse impulso atualmente, pois uma perspectiva que almeje ser completa não deixa de ter um frescor próprio de uma velha novidade. Diante da pluralidade dos plurais tornada doxa,² a reivindicação do uno assume um ar curiosamente desconcertante, que talvez ajude a chamar a atenção para aquilo que importa: não de onde se vem, os pressupostos desta ou daquela posição, sua filiação, aderência ou pertencimento, mas o que é capaz de propiciar como ampliação do conhecimento.

Dito isso, a unidade que gostaria de desdobrar aqui é ternária. São três ideias autônomas, porém interrelacionadas, acrescidas de um adendo; juntas, creio, serão suficientes para fornecer uma ima-

² Em *Do texto à obra* (2019: 53-62) já defendi a ideia de que a representação do texto como algo múltiplo é o maior lugar comum da área de estudos literários no Brasil nas últimas décadas. Com isso instaura-se um universo moral particular, no qual o plural articula-se com o Bem e o um torna-se reprovável *a priori*. Recentemente tem sido possível observar uma mudança de eixo, que não altera as valências dos polos, uma vez que o positivo agora reside em algum índice de marginalidade, ao passo que o Mal localiza-se naquilo que se vê no centro.

gem bem delineada a respeito da experiência da teoria literária no Brasil. Por certo, cada uma delas mereceria um tratamento mais completo, podendo ser expandida muito além dos limites deste ensaio; daí o caráter um tanto sintético e por vezes peremptório das afirmações abaixo, que ganhariam em comedimento em um contexto mais expandido. Antes da primeira ideia, todavia, uma ressalva introdutória. Por razões que ficarão mais claras ao final, não considero a tradição dialética nacional de Antonio Candido e Roberto Schwarz como parte da teoria literária em seu sentido estrito. Ao invés, trata-se neste caso de uma modalidade diferente de escrita, muito mais próxima à crítica literária tradicional, e que se distancia bastante da dinâmica que descreverei em seguida. Creio ser um equívoco a prática corrente de lidar com esses autores do mesmo modo com que o fazemos em relação às diferentes correntes da teoria literária atual; ademais, como observou o próprio Schwarz no discurso em que recebeu o título de Professor Emérito da Unicamp,³ o seu é um tipo de pensamento que no Brasil está em vias de extinção, que praticamente não tem continuadores, embora ainda possua vários defensores. De fato, é irônico que Antonio Candido tenha se empenhado tanto na fundação e consolidação de dois departamentos com o nome de teoria literária (na Unicamp e USP), que não o eram no momento de sua fundação, e que só no decorrer dos anos foram adequando-se a suas alunas e com isso divergindo da intenção inicial. Mas aqui já estamos entrando na segunda ideia, então voltemos para a primeira. A bem da verdade, ela não se restringe ao Brasil, e exibe uma validade mais ampla, a saber: *a teoria literária não é um discurso auxiliar para compreensão de obras literárias*. É costumeiro considerar, a par-

³ Sessão acessível em <https://www.youtube.com/watch?v=dXlfqPDh6S8&t=43s>

tir da formulação de Terry Eagleton em *Literary Theory: an Introduction* (1983), um dos primeiros manuais dos muitos que vieram posteriormente, que a teoria literária começaria com os Formalistas Russos. Esse gesto genealógico faz sentido devido à rejeição de aspectos conteudísticos como determinantes para a caracterização do literário, bem como do desenvolvimento de um critério diferencial, de desvio do uso comum, para a especificação da literariedade e o consequente enfraquecimento da ideia de autoria como instância reguladora da significação. Além disso, com a migração do círculo de São Petersburgo para Praga e depois para Paris, principalmente na pessoa de Roman Jakobson, fica fácil unir o Formalismo Russo ao Estruturalismo. No entanto, se há semelhanças e elementos de continuidade, também existem rupturas. Gostaria de sugerir, ainda que rapidamente, um outro ponto de partida para a fundação da teoria literária como a conhecemos hoje; ela não se originaria na União Soviética dos anos 20, mas na França do final dos 50 e começo dos 60, e teria como seu núcleo o ataque ao humanismo, que está na base do Estruturalismo, e não é, a rigor, identificável entre os Formalistas Russos.

Sob essa perspectiva, a formação da teoria literária deu-se a partir de uma falácia topológica. O argumento é conhecido: a reivindicação de universalidade e atemporalidade de certa crítica da época encobriria uma ideologia que legitimaria as estruturas de poder vigentes na sociedade; aquilo que se propunha como abstrato e geral, no fundo favoreceria algo bem concreto, uma elite branca e masculina. A pretensão de imediaticidade no encontro com obras literárias ocultaria uma mediação ideológica, a recusa ao posicionamento dissimularia uma posicionalidade incontornável, a falta de teoria omitiria uma teoria sorradeira, uma vez que inconfessada, porque qualquer prática de leitura pressupõe uma teoria. O humano, portanto, deveria vir sempre entre aspas, pois não existiria como tal, devendo antes ser

concebido como uma construção.⁴ Em oposição a isso, deixar claro de onde se fala, representaria uma tarefa desmistificadora e com um claro teor ético, o de colocar as cartas na mesa e jogar limpo, assim facilitando o debate e inclusive otimizando o próprio avanço da teoria. A falácia, porém, reside no pressuposto do argumento, pois, ao contrário do que pode parecer, não é verdade que a interpretação se dê necessariamente a partir de uma localização ideológica prévia. Assumi-lo significa impossibilitar o processo de descoberta que define o ato interpretativo como tal; em outras palavras, a disposição *a priori* dos lugares hermenêuticos impede que se vislumbre o texto como um agente, como ele mesmo propondo um mapa: ao invés da identificação de espaços determinados pela teoria, a descoberta de novos. Ou, para colocar a questão ainda de outra maneira, as obras literárias que valem a pena estabelecem uma disciplina de leitura, propõem as suas próprias regras, às quais devemos inicialmente obedecer, para que em seguida algo possa ser proposto como hipótese interpretativa e verificado textualmente.

Isso não significa dizer que a obra literária se furte à ideologia, mas pelo contrário que ela faz uso desta última como material composicional de modo complexo, nos casos mais felizes tornando-a visível de uma maneira até então inédita, e assim sendo capaz de gerar conhecimento.⁵ E note-se também que o impulso ético derivado da rigidez espacial viria rapidamente a ser estendido à própria obra, que

⁴ O teor anti-humanista da teoria muda de feição de acordo com o grau de inventividade do autor. Em Foucault ou Derrida, ele aparece em conexão com hipóteses interpretativas, já em trabalhos de divulgação tende a ser apresentado como um argumento isolado, um fim em si. Quanto mais puramente combativo, mais intelectualmente tênue. Um bom texto para observar a cristalização do anti-humanismo como *topos* ou slogan é o *Prática Crítica* (1982 [1980]), de Catherine Belsey.

⁵ Para uma clarificação desse argumento remeto ao verbete “Ideologia”, (*Novas Palavras da Crítica*, organizado por José Luís Jobim, Nabil Araújo e Pedro Puro Sasse (2022).

deveria ela mesma ser localizável na topografia ideológica. Com isso, podemos completar a primeira ideia: a teoria literária não é um discurso auxiliar para a compreensão de obras literárias, *porque ela deve ser encarada como um novo gênero de escrita, ou uma nova formação discursiva*, se o leitor preferir. Sob essa perspectiva, a transição da teoria literária para aquilo que se chama hoje simplesmente de Teoria assume um caráter lógico, quase inevitável. A relativa desautonomização da obra literária é paralela à semiautonomização da teoria.⁶ Esse processo, no entanto, possui limites, pois esta última não pode prescindir totalmente da primeira. Uma teoria terá sempre que ser teoria de *algo*, e muito do embaraço atual da teoria literária decorre disso. Quantas vezes não lemos artigos que nos geram a impressão de que a análise de objetos particulares está ao serviço da exploração de conceitos, de que são eles, na realidade, o foco do interesse? A expansão da Teoria para além do âmbito estritamente literário, principalmente através da proliferação dos *studies*, aos quais voltaremos mais adiante, deixa assim de parecer fortuita ou mesmo deletéria, adquirindo pelo contrário um ar de necessidade lógica: para um tipo de pensamento no qual o conceito deseja ser objeto de si mesmo, sem de fato consegui-lo, faz sentido voltar-se para um escopo expandido de artefatos, que inclui a cultura em seu sentido antropológico mais amplo, agora concebida como conjunto total de práticas significantes de determinado grupo ou sociedade. No limite, a abertura para pro-

⁶ De passagem, vale mencionar que tal transição possui consequências para o debate sobre o cânone literário. Tomo a liberdade de citar um fragmento a este respeito: “19. É um fenômeno curioso que, se por um lado, a crítica vem questionando o cânone literário, desafiando seu fechamento e reivindicando a inserção de novas vozes, por outro, a teoria vem testemunhando a formação de um cânone próprio, um rol de autores que se tornaram referência obrigatória (inclusive para as novas vozes), cujos conceitos podem, sim, ser problematizados, mas não sua posição *a priori* como grandes nomes”. *Fragmentos Reunidos* (Durão, 2015: 133).

duto de alta padronização da indústria cultural mostra-se vantajosa, pois a falta de complexidade facilita o processo de manipulação conceitual de conteúdos, que podem ser facilmente separados do todo, do qual frouxamente fazem parte, e acoplados a discussões teóricas.

A hipótese da (semi) autonomização da Teoria abre um horizonte bem extenso de investigação. Gostaria aqui de mencionar somente dois aspectos desse fenômeno, de modo ainda bem tateante e provisório. O primeiro refere-se à localização da Teoria em meio aos diversos discursos das humanidades hoje. Em que pese todo o discurso da interdisciplinaridade, no caso da Teoria trata-se de um entrelugar: de um lado ela compartilha com a crítica literária uma preocupação com a textualidade; diferencia-se desta, no entanto, ao visar, como já observamos, um âmbito mais alargado de validade. Por outro lado, a ênfase no trabalho do conceito aproxima-a da filosofia, mas dela se distingue por não se preocupar com a tradição, as respostas dadas anteriormente aos problemas filosóficos, como base incontornável. Com efeito, uma das características mais marcantes da leitura teórica de filósofos é o desenraizamento destes das tradições nas quais se inserem (cf. a *différance* entre o Derrida francês, filósofo, e o Derrida norte-americano, teórico); se para a filosofia as questões são mais ou menos as mesmas e é preciso revisitar as respostas dadas no passado, para a Teoria o importante é a identificação e a formulação de novos problemas. O entrelugar da Teoria também pode ser verificado com relação à psicanálise e antropologia, porém sem o lado prático dessas disciplinas, a clínica e o trabalho de campo; na realidade, a relação com instâncias concretas limita a infusão teórica: a sociologia com suas estatísticas e a história com seus arquivos apresentam um potencial mais reduzido de apropriação conceitual.

O segundo aspecto que vale a pena mencionar é ele mesmo especulativo e se refere ao estatuto da ficcionalidade no capitalismo mais-que-tardio da segunda década do século XXI. De um lado,

existe uma ficcionalização generalizada da sociedade. O gênero discursivo dominante socialmente, o motor da imaginação narrativa de hoje, a propaganda, caracteriza-se por um tipo *sui generis* de semificcionalidade, impensável no passado ainda recente. Ninguém acredita que a propaganda simplesmente divulgue um produto para os consumidores, que simplesmente cumpra uma função social; todos sabemos, pelo contrário, que ela o recria em um sistema de necessidades que ela por sua vez estimula. Se colocarmos essa ficcionalização (e vejam que não mencionei o universo das *fake news*) lado a lado da crise da arte, à qual ela também contribui, talvez possamos vislumbrar como o *modus operandi* da Teoria de manusear conceitos, a extrema liberdade que se outorga no processo de postulação, a considerável indiferença a processos de verificação, imbui os conceitos com algo de ficcional. A *différance* de Derrida, o rizoma de Deleuze e Guattari, o poder de Foucault, ou a tríade Imaginário-Simbólico-Real, de Lacan, para citar somente os principais conceitos-celebridade desses teóricos, não são compreensíveis sem um investimento imaginativo. Esse componente de ficcionalidade, em conjunção com a facilidade de criação de novos conceitos, eis a hipótese, explicaria bastante o entusiasmo que a Teoria pode gerar em estudantes e no público em geral.

Tal caráter híbrido da Teoria na sua relação com uma objetividade peculiar, necessária porém secundária, está relacionado a uma outra falácia, agora temporal, que chamarei de falácia proléptica. As formulações teóricas contêm necessariamente uma promessa de futureidade; elas devem estruturalmente remeter a um campo de aplicabilidade a vir. Uma teoria qualquer, digamos, a da angústia da influência de Harold Bloom, impele à sua expansão para outros textos, autores e tradições nacionais diferentes daqueles mencionados pelo autor. No entanto, esse trabalho de extrapolação não é ele mesmo interessante, ou melhor, só o será na proporção em que deslo-

car a teoria. Quanto mais confirmar as ideias já desenvolvidas, menos valerá a pena ser lido. O ideal de comprovação remete às ciências exatas e serve para mostrar como é problemática a vontade de ciência da teoria. O cativante desta última é o processo de formulação, e não a sua sobrevida; isso, entretanto, permanece como um ponto cego do fazer teórico que continuamente produz promessas que não se cumprem, ou melhor, que só se cumprem a partir de seu próprio esvaziamento – o que estranhamente aproxima a teoria da lógica das mercadorias. Talvez a falácia proléptica possa ser interpretada como uma espacialização do tempo, algo que o sufixo “a vir”, tão comum na desconstrução, materializa, e que, por sua vez, poderia ser teorizado como mais uma manifestação do presentismo contemporâneo (Hartog, 2003), ou da dificuldade de conceber a profundidade temporal, segundo a conhecida hipótese de Jameson (1991).

É interessante notar que a falácia proléptica gera implicações para a divisão do trabalho teórico. Do ponto de vista da organização da área, é possível distinguir, de um lado, os mestres, geralmente mais velhos, que inventam, propõem, postulam, e os seguidores, que divulgam, explicam, adaptam. Geograficamente, a formulação teórica acontece em maior medida nos EUA, e em menor escala, na Europa,⁷ ao passo que à periferia cabe comentar, elucidar e aplicar a teoria à matéria nacional.

A essência da Teoria é o produtivismo. Com efeito, se pensarmos nela como uma máquina desterritorializada de enunciados, uma pura tecnologia produtora de narrativas explicadoras, uma metáfora fabril torna-se visível.⁸ Os textos, artefatos ou fenômenos culturais são as matérias-primas: a crítica literária, a leitura individual de obras, é um

⁷ Cf. aqui o trabalho de Namora (2011).

⁸ Este trecho é retirado de Durão (2011: 29).

bem de consumo, pois se exaurem em seu objeto; a teoria literária, por sua vez, ao propor formas de leitura, produz bens duráveis; a Teoria, por fim, fabrica aparatos interpretativos, bens de produção. A metáfora fabril descortina um outro horizonte de investigação.

II

A discussão até agora lidou com a Teoria como fenômeno geral; para incluir o componente brasileiro podemos avançar a segunda ideia, a saber, que *a teoria literária brasileira foi moldada de acordo com uma configuração institucional típica do país*. Chamar a atenção para relações de determinação entre estruturas organizacionais e práticas intelectuais traz consigo diversos riscos, o que obriga, por precaução, a algumas palavras introdutórias. Primeiramente, é importante evitar uma postura bastante comum no Brasil de crítica *in toto* à universidade como instituição – uma postura que merece ser vista ela mesma, ao menos em parte, como um efeito da institucionalidade brasileira, uma vez que na maior parte das vezes o repúdio à universidade parte de dentro dela.⁹ Quando lidamos com a literatura, alguma espécie de configuração institucional é inevitável. Por um lado, deve-se ter em mente que instituições não são entidades monolíticas que prescrevem aquilo que sob elas se dá, e que perpassam atividades que vão muito além da universidade. Por outro, como bem enfatizou Brown (2019), no contexto atual de expansão do capitalismo e da lógica da mercadoria, aquilo que se encontra para além dos muros da universidade não é a autenticidade do popular e suas práticas comunitárias

⁹ *Grosso modo*, a postura das classes populares é muito mais generosa em relação à universidade e à escola, que são vistas com admiração, o saber sendo valorizado como tal, e como meio de ascensão social. O antiintelectualismo como fenômeno de massa é bastante recente, sendo uma das características definidoras do bolsonarismo. Voltaremos a isso na última parte do texto.

e coletivas, mas a onipresença do mercado, que não apenas organiza um sistema de trocas, mas também atua como agente de subjetivação. Isso não significa, obviamente, que não possa haver relações mais “espontâneas” com a literatura, ou seja, fracamente mediadas por instituições de ensino, mas que talvez elas desempenhem um papel mais imaginário que real. De fato, seria mesmo possível defender que institucionalidade e espontaneidade não se opõem ontologicamente, e que esta última possa muito bem se adequar à primeira.

Seja como for, para abordar o processo de inserção da teoria literária no sistema universitário brasileiro, precisamos atentar para o processo de formação de leitores no Brasil. A principal pesquisa empírica a esse respeito é a *Retratos da Leitura*,¹⁰ realizada pelo Instituto Pró-Livro, cuja última edição se deu em 2020. Foram entrevistadas 8.076 pessoas em 208 municípios, de outubro de 2019 a janeiro de 2020. Considerou-se leitores indivíduos que se depararam com ao menos um livro nos últimos três meses anteriores à pesquisa, o que representou 52% dos entrevistados. Destes, 47% declararam ter lido algo por vontade própria, mas quando nos focamos na média de livros inteiros, o número é 1,05 para os últimos 3 meses. Finalmente, para livros de literatura lidos por vontade própria, o índice é de 0,81 livros, inteiros ou em partes. São lidos 1,45 livros de literatura por ano, com um público leitor de 64,1 milhões de pessoas. “Literatura” aqui, entretanto, deve ser tomada em seu sentido mais lato, como narrativas ficcionais ou sem conteúdo prático, o que inclui textos religiosos como “literários”. De acordo com a pesquisa, na lista dos títulos mais lidos em 2019 a *Bíblia* figura em primeiro lugar absoluto com 362 menções, seguida de longe pelo *Diário de um Banana* e pela

¹⁰ Obra disponível em https://www.prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/12/5a_edicao_Retratos_da_Leitura-_IPL_dez2020-compactado.pdf

Turma da Mônica, ambos com 14, *Harry Potter*, com 12, *A Cabana* (10), *O Pequeno Príncipe* (10), *A Sutil Arte de Ligar o Foda-Se* (9), *Casamento Blindado* (8), *As Crônicas de Gelo e Fogo* (8), *50 Tons de Cinza* (8). *Dom Casmurro* aparece em 11.º lugar com 7, e é acompanhado pelos *Miseráveis* com 4 menções e *Cem Anos de Anos de Solidão*, com 3, como os únicos livros na lista dos 50 mais lidos que podem ser chamados de literatura sem gerar controvérsias. Daí uma primeira conclusão: o aluno de Letras chega com muito pouca bagagem na universidade e é lá que se dá a sua formação de fato.

Quando nos voltamos para o processo de formação do aparato institucional acadêmico, notamos que ele é bem recente. Existem hoje no Brasil 475 instituições que oferecem cursos presenciais de graduação em Letras, e por volta de 150 à distância; já na pós-graduação são 262 programas, entre mestrados acadêmicos, mestrados profissionalizantes e doutorados. Esses números são significativos, se levarmos em consideração que na década de 70 havia apenas um punhado de universidades que ofereciam cursos de pós-graduação. Esse processo de expansão, indubitavelmente positivo, se deu de cima para baixo e muitas vezes sem as condições materiais adequadas; a regionalização do sistema universitário não esteve imune a práticas populistas, que favoreciam a instalação de cursos de nível superior de baixo custo, como o de Letras ou o de Pedagogia. É interessante notar que há um componente algo fortuito na configuração desses cursos. O modelo usual, fundado no tripé linguística/ensino de língua (materna ou estrangeira)/literatura (com teoria literária) se deu em grande medida devido à ênfase na formação de professores a certa inércia conceitual e resíduo beletrista. Fossem as condições um pouco diferentes, ou houvesse maior espírito empreendedor entre as elites políticas nacionais, a estruturação acadêmica teria ocorrido em moldes muito mais favoráveis ao mercado, por exemplo, articulando os cursos de Letras com os de jornalismo, secretariado e/ou tradução, e

substituindo a literatura por estudos culturais. Seja como for, durante os governos progressistas de 2003 a 2015, o crescimento das vagas para professores de universidades públicas foi tão intenso que não foi acompanhado pela formação de doutores, e muitos foram os casos de contratação de docentes sem doutorado nas instituições mais afastadas dos grandes centros urbanos. A expansão do sistema universitário público levou a uma notável democratização da academia, promovendo uma diversificação do corpo docente e do discente, uma pauta histórica de inclusão. A universidade pública brasileira hoje é muito mais democrática do que a norte-americana, por exemplo. Esse enfraquecimento dos muros acadêmicos apresenta uma dialética própria, pois se por um lado facilitou a ascensão social de indivíduos desprivilegiados, por outro aumentou a pressão da sociedade sobre a universidade, que agora se vê forçada a prestar contas sobre suas atividades e a responder muito mais intensamente a demandas vindas de fora.¹¹

Isso se torna particularmente sensível, quando percebemos que a defasagem entre material humano e aparato institucional dificultou a formação de uma cultura acadêmica própria aos estudos literários, deixando-os particularmente vulneráveis as concepções e práticas vindas das ciências exatas, em particular a ênfase quantitativa. Um exemplo é o uso da palavra “artigo” para designar os trabalhos finais de disciplinas de pós-graduação. O artigo faz sentido quando a intenção é produzir conhecimento o mais rápido possível sobre um objeto definido em um campo específico. Ele não funciona

¹¹ Vale notar também que, curiosamente, o período de ampliação da pós-graduação em estudos literários no Brasil coincidiu com o cenário do declínio do espaço da literatura nos currículos de Letras e até mesmo ao lugar concedido à literatura na Educação Básica, ou seja, esse alargamento não representou sedimentação de área para a literatura em sua inserção institucional, ao menos para além da pós-graduação.

para algo como a literatura, cuja objetividade não é dada *a priori*, mas resulta, ao menos em parte, do próprio processo interpretativo. Vale mencionar neste contexto o papel desempenhado pela Coordenação de Aperfeiçoamento e Pessoal de Nível Superior (Capes), uma agência governamental de financiamento que fornece notas para os programas de pós-graduação no país. O sistema de avaliação, que, a rigor, deveria ser um mero mecanismo para a alocação de verbas, converte-se em um organizador do campo, capaz de induzir e coibir, com pouca resistência, as práticas de pesquisa naquilo que elas têm de mais corriqueiro e usual, como a escolha de onde publicar. Esse grau de controle aparece como bastante surpreendente, se lembrarmos que há muito pouco em jogo, pois no sistema de universidades públicas no Brasil a *tenure* é praticamente automática depois de um período probatório de 3 anos.

Também é surpreendente a produtividade dos pesquisadores brasileiros. Um estudo quantitativo ainda está para ser feito, mas não é tão raro encontrar professores, principalmente mais jovens, que publicam algo como 10 itens por ano entre artigos e capítulos. De um ponto de vista estritamente quantitativo, muitos docentes de universidades médias brasileiras publicam mais que seus colegas de Harvard ou Yale. Essa produção, entretanto, ocorre em um sistema universitário caracterizado por aquilo que podemos chamar de uma insularidade porosa. De um lado, há uma grande abertura para o que vem de fora, citações e traduções de teóricos estrangeiros são condição *sine qua non*, mesmo em trabalhos de literatura brasileira; de outro, a produção acadêmica se dá quase que exclusivamente em português e visa o contexto interno. Essa escrita, no entanto, tende a não encontrar leitores, uma vez que a atenção volta-se mais para teóricos norte-americanos e, em menor número, europeus; referências autóctones são raras. Salvo nomes conhecidos como Silviano Santiago ou Luiz Costa Lima, os brasileiros citam os importadores, aqueles que

introduzem determinados autores e teorias em solo nacional, e os explicadores, que os divulgam. A Teoria encaixa-se bem nesse estado de coisas, pois como já mencionado, ela pode ser concebida como uma máquina produtora de aparatos de leitura que permite a contínua reconfiguração conceitual dos mesmos artefatos, uma sucessão de novas roupagens para velhos textos, além da reposição de *corpora* por meio de novos objetos.

Todos esses componentes – a inexistência de um público leitor de literatura que pudesse atuar como lastro; a constituição recente do sistema universitário se dando *pari passu* com a formação dos docentes, o que dificulta a criação de uma cultura própria à área, bem como a autorreflexão sobre as práticas acadêmicas; a conjunção de *input* externo e *output* interno, que desestimula a leitura entre pares e, conseqüentemente, a cristalização de campos próprios; a suscetibilidade da universidade a demandas externas; e, por fim, a pressão de uma concepção cientificista para os estudos literários – todos esses componentes geram um sistema no qual nada se fixa ou se consolida. Consensos são rapidamente formados, para serem rapidamente esquecidos e substituídos por outros, sem deixar rastros. Trata-se assim de um campo rarefeito, com pouca aderência na lógica do debate interno. Para complementar a segunda ideia, então, *a teoria literária brasileira foi moldada de acordo com uma configuração institucional típica do país, que, ao favorecer o produtivismo, coaduna-se com o da própria Teoria.*

III

A experiência da teoria literária no Brasil mostra-se então como problemática, tanto do ponto de vista de sua pretensa finalidade, quanto de sua própria institucionalização. Ela não é útil, ao menos diretamente, para a compreensão de obras literárias, nem foi capaz de constituir um campo autossustentado, que funcionasse segundo

os padrões científicos de avaliação por pares e de progressão coerente a partir de um debate interno. Daí a terceira ideia: *a lógica da Teoria no Brasil é a de um trompe l'oeil: lá onde pensaria existir não tem o efeito que promete, nem poderia cumprir sua promessa, porém ela é eficaz em um âmbito no qual não se imaginava*. A hipótese que gostaria de defender é bastante contraintuitiva, mas creio ser esclarecedora. O mesmo processo de expansão que dificultou a regulação das práticas acadêmicas é o que aumentou a presença da universidade na sociedade. Os programas de ação afirmativa, de cotas raciais e vagas para estudantes de escolas públicas nas universidades federais e estaduais, ampliaram o corpo estudantil não apenas quantitativa, mas também qualitativamente. Se a esse quadro somarmos o caráter disseminador da internet e das mídias sociais, a presença da teoria em espaços exteriores ao mundo acadêmico deixa de surpreender. Judith Butler, Slavoj Žižek, Angela Davis, Gayatri Spivak, Cornell West, Fredric Jameson, Nancy Fraser, entre outros, possuem leitores em diversos movimentos sociais brasileiros, e mesmo quando suas ideias não são obtidas em primeira mão, elas alcançam um público mais amplo em um processo de difusão característico da internet. Termos como “sociedade do espetáculo” ou “indústria cultural” são moeda corrente em círculos que vão além dos estudantes da área de humanidades, ainda, é claro, que o uso a que são submetidos desvie-se enormemente de seu sentido original, chegando frequentemente a expressar o contrário – em cujo caso tornam-se exemplos de si mesmos.¹² De novo, ainda está por ser feito um mapeamento desse processo de circulação e decantação de conceitos

¹² Cf. aqui Robert Hullot-Kentor, “Em que sentido exatamente a indústria cultural não mais existe”, em *A Indústria Cultural Hoje* (2008).

à medida que são formulados e disseminados nos meios acadêmicos e na internet, até se consolidarem no uso comum: a total assimilação do verbo “desconstruir” no discurso político, significando criticar o outro tão veementemente que o reduz ao silêncio (sic), seria um exemplo perfeito disso. Suspeito que o conceito-chave para se começar a analisar socialmente essa dinâmica intelectual seja o de *middlebrow*,¹³ que neste contexto adquire um valor e funcionalidade bem diversos dos usuais, uma vez que se mostra como a esfera de mediação, o âmbito no qual a Teoria se propaga e encontra espaços sociais mais amplos. Uma exploração mais abrangente e sistemática do *middlebrow* ainda está por ser feita, inclusive de um ponto de vista comparativo, o que justificaria a defesa de uma especificidade brasileira, como é o caso aqui.

Observando de outro ângulo, uma especificidade da circulação social da teoria, no entanto, é sua inserção em um ambiente político carregado. O virtual desaparecimento do recorte de classe na esquerda brasileira hoje e sua substituição por preocupações identitárias, de raça, gênero, orientação sexual e dos povos originários não se deveu somente ao declínio do marxismo brasileiro, no plano teórico, e a uma desorganização do proletariado, no prático, mas ocorreu paralelamente à introdução e fortalecimento de ideias que apresentam estreita relação com o mundo da teoria. Duas delas podem servir de exemplo. A primeira funciona como uma espécie de pressuposto geral para a elaboração dos mais diversos argumentos e para adoção de posturas políticas: trata-se do construtivismo social, a crença de que qualquer invocação à natureza é ideológica e oculta interesses inconfessos. A segunda concerne o perspectivismo daquilo que é

¹³ Também seria promissor pensar em um processo de descomplexificação gradativa que culminaria nas *catchwords* e *catchphrases* estudadas por Suman Gupta (2022).

chamado de “lugar de fala”¹⁴, a convicção de que, ao abordar um objeto, o fazemos de acordo com uma posicionalidade estabelecida previamente pelo pertencimento a um grupo ou grupos identitários específicos. A versão *light* do lugar de fala é teórico-epistemológica, a *hard* incide sobre questões de autoridade argumentativa, no limite problematizando ou mesmo barrando a discussão de certos tópicos por indivíduos desautorizados experiencialmente. O leitor terá percebido que existe uma ligação, por mais tênue que seja, entre essas ideias e o anti-humanismo do estruturalismo dos anos 60. A novidade é o moralismo que alimenta a versão pop da teoria no Brasil hoje, que teria deixado Lévi-Strauss ou Barthes de cabelo em pé, mas que é plenamente compreensível a partir da desobjetificação mencionada anteriormente.

É difícil dizer se foi o sucesso da penetração da teoria na sociedade que teria levado ao ataque da extrema-direita, ou se, pelo contrário, esta precisava construir um antagonista *a priori* para existir como tal – possivelmente os dois. Seja como for, e surpreendentemente, a ascensão do bolsonarismo no Brasil colocou a teoria no centro do debate político. O falecido guru de uma ala do movimento,¹⁵ Olavo de Carvalho, sugeriu que T.W. Adorno seria o *ghost writer* das músicas dos Beatles;¹⁶ Ernesto Araújo, o ex-Ministro das

¹⁴ Para uma exposição bastante confusa do termo, cf. o best-seller de Djamila Ribeiro (2019), colunista semanal da *Folha de São Paulo*, o jornal brasileiro de maior tiragem e visualizações.

¹⁵ Uma das características principais do bolsonarismo é a falta de um programa político coeso. Ilustrando perfeitamente a tese de Chantal Mouffe e Ernesto Laclau (1985) a respeito do papel de um significante flutuante como agregador de pautas distintas, “Bolsonaro” adquire sentidos diversos para diferentes públicos. O olavismo responde pela parte “intelectual” do movimento.

¹⁶ Cf. <https://www.youtube.com/watch?v=CKxs2F6bdI0>

Relações Exteriores, deu-se ao trabalho de escrever um artigo para criticar Žižek e Agamben;¹⁷ o ex-Ministro da Educação, Abraham Weintraub assumiu a sua pasta com o compromisso de purgar a universidade pública brasileira daquilo que chama de “marxismo cultural”;¹⁸ e já em 2017 Judith Butler é agredida verbalmente em sua vinda ao Brasil, quando manifestantes queimaram bruxas em frente ao local onde se realizou o evento do qual participou.¹⁹ Isso se confirma do ponto de vista da esquerda: teríamos que nos lembrar de Darci Ribeiro, para imaginar um intelectual público com o alcance social de Vladimir Safatle; se Ribeiro foi mais longe na política (por enquanto) que Safatle, este vem tendo uma penetração midiática muito maior do que Ribeiro, que não conheceu a internet e as *social media*. Diferentemente de Antonio Candido, Roberto Schwarz, Francisco de Oliveira ou Paulo Arantes, Safatle, que fez o doutorado com Badiou, a rigor não pertence a escola uspiana formada por estes pensadores, pois sua filosofia está muito mais fortemente ligada à Teoria do que à constituição da nação, preocupação central para estes autores. Seja como for, estes são apenas alguns exemplos, dentre muitos outros, que atestam uma dupla dinâmica de politização da cultura e, principalmente, culturalização da política em que questões teóricas inesperada e repentinamente adquirem proeminência social.

¹⁷ Cf. <https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-externa-brasileira/che-gou-o-comunavirus-artigo-do-ministro-ernesto-araujo-publicado-no-livro-politica-externa-soberania-democracia-e-liberdade>

¹⁸ Cf. <https://exame.com/brasil/ministro-da-educacao-defende-combate-a-marxismo-cultural-em-universidade>

¹⁹ Cf. <https://epoca.oglobo.globo.com/cultura/noticia/2017/11/filosofa-judith-butler-e-agredida-em-congonhas-antes-de-deixar-sao-paulo.html>

IV

A aposta não é um gesto retórico-argumentativo comum na escrita acadêmica. No entanto, como para os estudos literários o fato é uma entidade problemática, que só se reveste de interesse quando de algum modo relacionado à interpretação, podemos imaginar que existe um resquício especulativo inextricável mesmo na asserção crítica mais categórica e peremptória. Uma vez que a verificabilidade absoluta é uma ficção na esfera da cultura, o impulso propositivo, a formulação de uma hipótese de leitura, conterà sempre em si algo de uma aposta de validade futura, a ser corroborada pela sua leitura e discussão posterior, a sobrevida do texto. Isso, porém, só se torna totalmente visível quando a crítica se volta para um objeto inexistente, como é o caso aqui. Porque da lógica do *trompe l'oeil* mencionada acima é possível apostar em uma mutação do DNA da Teoria à medida que se expande para além da universidade e penetra outros espaços sociais. Um âmbito no qual isso já é sensível é a própria literatura brasileira contemporânea, pois muitas vezes tem-se a impressão de que não é que a teoria literária seja um veículo para elucidar obras literárias, mas, pelo contrário, estas são compostas de modo a serem lidas segundo concepções teóricas em voga. Obviamente, essa intuição (mais um fio solto dentre tantos outros deste texto) teria que ser submetida à dinâmica da escrita crítica por meio de um *corpus* específico (por exemplo os livros de Itamar Vieira Júnior ou de Conceição Evaristo), argumentos pertinentes, estilo próprio, veículo determinado etc.; mesmo assim é uma aposta com alguma concretude. Mais arriscada ainda seria uma que vislumbrasse um objeto ainda inexistente, decorrente de uma imaginável inserção da Teoria naquela capacidade já historicamente comprovada da cultura brasileira para a porosidade cultural, para o enfraquecimento das barreiras entre o erudito e o popular, e de sua mescla. A aposta aqui é que a Teoria pode ser em um futuro próximo um combustível análogo

àquele que gerou a bossa nova, Caetano Veloso ou *Cidade de Deus*, de Paulo Lins, por exemplo. Sem dúvida, a aposta pode fracassar, e a Teoria, através de suas mutações, desaparecer sem deixar rastros, mas de qualquer modo vale a pena pagar para ver.

REFERÊNCIAS

- Belsey, Catherine (1982). *A Prática Crítica*. Trad. de Ana Isabel Sobral da Silva Carvalho. Porto: Edições 70 [1980].
- Brown, Nicholas (2019). *Autonomy. The Social Ontology of Art under Capitalism*. Durham: Duke University Press.
- Cechinel, André (2020). *Literatura, ensino e formação em tempos de Teoria (com T maiúsculo)*. Curitiba: Appris.
- (org.) (2016). *O lugar da teoria literária*. Florianópolis – Criciúma: EdUFSC/Ediunesc.
- Collini, Stefan (2017). *Speaking of Universities*. London & New York: Verso.
- Cousset, François (2003). *French Theory. Foucault, Derrida, Deleuze & Cie et la mutation de la vie intellectuelle aux États Unis*. Paris: La Decouverte.
- Crary, Jonathan (2022). *Scorched Earth. Beyond the Digital Age to a Post-Capitalist World*. Londres: Verso.
- Durão, Fabio A. (2011). *Teoria (literária) americana: uma introdução crítica*. Campinas: Autores Associados.
- (2019). *Do texto à obra e outros ensaios*. Curitiba: Appris.
- (2022). “Responsible Reading of Theory”, in Stephen Ross (org.). *Modernism, Theory, and Responsible Reading: A Critical Conversation* (pp. 41-58.). London: Bloomsbury Academic.
- (2022). “Ideologia”, in José Luís Jobim, Nabil Araújo e Pedro Puro Sasse (orgs.). *(Novas) Palavras da Crítica*. Rio de Janeiro: Edições Makunaima. Disponível em <http://www.edicoesmakunaima.com.br/2022/07/20/novas-palavras-da-critica/>
- Eagleton, Terry (1983). *Literary Theory: an Introduction*. London: Blackwell.

- Graff, Gerald (2007). *Professing Literature*. Chicago: Chicago University Press [1987].
- Hartog, François (2003). *Régimes de Historicité*. Paris: Seuil.
- Gupta, Suman (2022). *Political Catchphrases and Contemporary History. A Critique of New Normals*. Oxford: Oxford University Press.
- Jameson, Fredric (1991). *Postmodernism; or, the Cultural Logic of Late Capitalism*. Durham: Duke University Press.
- Hullot-Kentor, Robert (2008). “Em que sentido exatamente a indústria cultural não mais existe”, in Fabio Akcelrud Durão, Antônio Zuin e Alexandre Fernandez Vaz (eds.). *A Indústria Cultural Hoje*. São Paulo: Boitempo.
- Kauppi, Niilo (1996). *French Intellectual Nobility: Institutional and Symbolic Transformations in the Post-Sartrean Era*. Albany, NY: State University of New York Press.
- Marx-Scouras, Danielle (1996). *The Cultural Politics of Tel Quel. Literature and the Left in the Wake of Engagement*. USA: Pennsylvania State University Press.
- Mouffe, Chantal & Ernesto Laclau (1985). *Hegemony and Socialist Strategy. Towards a Radical Democratic Politics*. London & New York: Verso.
- Namora, Ricardo (2011). *40 anos de teoria literária em Portugal*. Coimbra: Almedina.
- Ribeiro, Djamila (2016). *Lugar de Fala*. São Paulo: Pólen.